

## **Ancestralidade versus Colonização: os topônimos Urumajó e Augusto Corrêa como marcadores de identidade e testemunhas desse embate na Amazônia paraense.**

Rízia dos Reis de Moraes Almeida<sup>1</sup>

Prof.<sup>a</sup>. orientadora: Dra. Tabita Fernandes<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho estuda, por meio do campo da Onomástica, especificamente da Toponímia, como a população do município de Augusto Corrêa, no estado do Pará, vem utilizando os topônimos “Urumajó” e “Augusto Corrêa” para nomear o município. O objetivo deste estudo é o de observar a permanência de uso dos dois topônimos em questão por gerações distintas e as razões da manutenção desse uso não obstante a influência colonizadora na tentativa de apagamento da representatividade do nome de origem indígena. A pesquisa está ancorada teórica e metodologicamente nos estudos de Dick (2007; 1992), Cunha (1999), Andrade (2006), Seabra (2004), Silveira Bueno (2013), Biderman (2001) no que diz respeito à Toponímia e ao estudo do Léxico bem como nos de Ponso (2017), Severo (2019) e Veronelli (2021) para apoiar a reflexão sobre línguas minoritárias e decolonialidade da linguagem e Oliveira (2012) com as histórias e memórias urumajoenses. A metodologia está pautada em pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e estudos de campo realizados *in loco*, com sujeitos de idade mais avançada, de um lado, e, de outro, sujeitos mais jovens com o fim de observar a permanência do uso dos dois topônimos em gerações distintas. A pesquisa revela a conservação do uso de dois topônimos na localidade em estudo até os dias de hoje. O topônimo Urumajó como marca de identidade e pertencimento e Augusto Corrêa como forma de personalismo político, construído para eternizar a figura de um vulto político de Bragança e imposto para atrair o reconhecimento dos moradores deste lugar.

**Palavras-chave:** Toponímia. Urumajó. Augusto Correia. Ancestralidade. Colonização.

**Abstract:** This paper examines, through the field of onomastics, specifically toponymy, how the population of the municipality of Augusto Corrêa, in the state of Pará, has been using the toponyms "Urumajó" and "Augusto Corrêa" to name the municipality. The objective of this study is to observe the continued use of these two toponyms by different generations and the reasons for their continued use despite the colonizing influence in an attempt to erase the representativeness of the name of Indigenous origin. The research is anchored theoretically and methodologically in the studies of Dick (2007; 1992), Cunha (1999), Andrade (2006), Seabra (2004), Silveira Bueno (2013), Biderman (2001) regarding Toponymy and the study of the Lexicon, as well as in those of Ponso (2017), Severo (2019), and Veronelli (2021) to support the reflection on minority languages and the decoloniality of language, and Oliveira (2012) with the histories and memories of Urumajo. The methodology is based on bibliographic research, documentary research, and field studies carried out *in situ*, with older subjects, on the one hand, and, on the other, younger subjects, in order to observe the permanence of the use of the two toponyms **in**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança-PA. E-mail: almeidarizi756@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Pará, Faculdade de Letras, Campus Bragança-PA. E-mail: tabitafsl@hotmail.com

different generations. The research reveals the conservation of the use of two toponyms in the locality under study to the present day. The toponym Urumajó as a mark of identity and belonging, and Augusto Corrêa as a form of political personalism, constructed to immortalize the figure of a political figure from Bragança and imposed to attract recognition from the residents of this place.

**Keywords:** Toponymy. Urumajó. Augusto Correia. Ancestry. Colonization.

## 1. Introdução

A pesquisa se constitui em um estudo, por meio do campo da Onomástica, especificamente da Toponímia, de como a população do município de Augusto Corrêa, no estado do Pará, vem utilizando os topônimos “Urumajó” e “Augusto Corrêa” para nomear o município e da evidência e permanência do nome ancestral, de origem Tupi, para nomear algumas comunidades. Para tanto, visa constatar a permanência de uso dos dois topônimos, “Urumajó” e “Augusto Corrêa”, por gerações distintas e as razões da manutenção desse uso, reafirmando a influência colonizadora na tentativa de apagamento da representatividade do nome ancestral.

Para compreender porque os moradores deste município fazem uso dos dois topônimos, esta pesquisa se constitui enquanto um instrumento investigativo para constatar as bases informativas que norteiam a permanência do uso dos dois topônimos pelos munícipes e o processo motivacional que ocasionou a alteração do topônimo ancestral e das objeções que se tem até os dias atuais dessa substituição.

Nesse contexto, percebe-se a relevância desta pesquisa, tanto para os munícipes deste lugar como para outros sujeitos que tem interesse de conhecer sobre a influência da língua, especificamente, do tronco Tupi, no processo de nomeação dos acidentes geográficos e do embate que há em torno da permanência dos dois topônimos para referenciar o município. Visto que, não há disposição de materiais bibliográficos que tratem sobre os estudos topônimos do município de Augusto Corrêa/Urumajó.

O estudo realiza pesquisas bibliográfica, documental e oral por meio de um instrumental de coleta de informações com munícipes na faixa etária de 14 a 78 anos de idade, residentes no município de Augusto Corrêa-PA, antiga Vila de Urumajó, localizada no Nordeste paraense em um espaço que foi habitado nos primórdios da história colonial amazônica por indígenas Tupinambás. (Site da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, 2024).

Assim, embasa-se, teoricamente, nos estudos de Dick (1990; 1992), Cunha (1999), Andrade (2006), Seabra (2004), Silveira Bueno (2013), Biderman (2001) no que

diz respeito à Toponímia e ao estudo do Léxico bem como nos de Ponso (2017), Severo (2019) e Veronelli (2021) para apoiar a reflexão sobre línguas minoritárias e decolonialidade da linguagem. A pesquisa documental utiliza o Decreto-lei nº 164, de 23 de janeiro de 1970, que alterou a denominação da sede do município para Augusto Corrêa, disponibilizado pelo site da prefeitura, pelo acervo da Câmara Municipal de Augusto Corrêa-PA e pelo site do IBGE. Além de revisitar as obras do autor: Campos, Coutinho (2002) A Gleba Urumajoense, que traz recortes sobre a origem do município e de Oliveira, Marcus (2012) com as Histórias e Memórias Urumajoenses, Novas perspectivas.

Assim, espera-se constatar o remodelamento social de uma comunidade, a partir do entendimento do embate ancestral e de colonização na permanência do uso dos topônimos na organização dos círculos de interesse que cercam o lugar. Dick (1990) afirma que “[...] na toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma e lhes conferem características específicas da superfície terrestre”. Ao estabelecer um nome para um determinado acidente geográfico, por exemplo, o denominador apodera-se de aspectos exclusivos do lugar que retratam características específicas do ambiente e do povo que ali reside.

Nessa perspectiva, nota-se que houve um movimento de substituição do topônimo Urumajó para Augusto Corrêa. O interessante nesse caso específico é o duplo uso dos topônimos atualmente. Embora um dos topônimos tenha se tornado oficial e se instalado, o outro não desapareceu, indicando uma atitude de resistir frente ao movimento de tentativas de apagamento dos povos originários, com a dizimação dos corpos, das línguas e também da tentativa de apagamento de identidade.

Portanto, para que a pesquisa evidencie as razões que permeiam no embate da permanência do uso dos dois topônimos, realizar-se-á análises e reflexões acerca do contexto sócio-histórico-político do espaço pesquisado; a contextualização dos estudos da Onomástica, mais precisamente, a Toponímia, parte da linguística que estuda o nome próprio de lugares; a reflexão sobre o embate Urumajó e Augusto Corrêa. Conseqüentemente, apresenta os resultados da pesquisa realizada com os munícipes do município para constatar a permanência do uso dos dois topônimos até os dias atuais e dos processos motivacionais que ocorreu na substituição do nome de origem (ancestral) pelo nome atual (colonização).

## **2. Urumajó versus Augusto Corrêa: evocando a história**

O processo de colonização impetrado no território Amazônico, desde a chegada dos Europeus, passando por ciclos econômicos que culminou com a ideia desenvolvimentista dos governos militares, desencadeou uma dinâmica de invisibilização das categorias sociais tradicionais que outrora habitavam esse espaço. Ao olhar para a Amazônia como um espaço que necessitava ser habitado, povoado, desenvolvido, essas dinâmicas, consideradas atrasadas, deixaram marcas que circunscrevem as relações sócio históricas.

Urumajó, um território constituído às margens do atlântico, nasce de acepções indígenas estabelecidas de relações a partir das matas e marés da região do Caeté. O pequeno povoado que se transformou em vila, para, posteriormente vir a ser cidade. Passando de território de Urumajó para município de Augusto Corrêa. Daí, inicia-se o processo de apagamento da língua -Tupi, e ao mesmo tempo a sua manutenção, quando se mantém preservados os topônimos de influência indígena na nomeação de diversas comunidades do município, que mostram elementos da ancestralidade resistentes a lógica de colonização e invisibilização imposta à tradição indígena.

Na busca de compreender a origem dos nomes de lugares que os topônimos se tornam um importante elemento de reconstituição da própria história social dos povos. Dessa forma, ajudam a compreender, a dualidade existente entre Urumajó e Augusto Corrêa, bem como a matriz indígena que fundamentam a demarcação das comunidades do município, pois como menciona Dick (1990, p. 19)

[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atenuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais.

Como se pode observar os nomes dos lugares estão imersos nas relações e elementos que trazem as marcas dos sujeitos que habitaram esses territórios. Dessa maneira, mesmo que o processo de colonização, outorgado, a partir de práticas coercitivas por meio de relações de poder e saber tentem invisibilizá-los, eles continuaram a resistir através da descortinização dos estudos toponímicos.

Assim, destaca-se a importância da toponímia local, uma vez, que enquanto mudanças linguísticas são consideradas, de forma geral, como um mecanismo natural de atualização da língua, algo positivo e comum à diversidade de sistemas linguísticos

existentes no mundo. Para a toponímia, a mudança de um nome pode simbolizar, no entanto, enorme perda sociocultural, uma vez que os topônimos preservam a memória de um povo. Porquanto, sabendo-se que os designativos de lugares muitas vezes são escolhidos a partir de características próprias do local nomeado, sobretudo os de origem indígena, não é surpreendente que a maioria dos topônimos de procedência tupi possua elementos motivacionais de natureza física, como pretende-se averiguar na toponímia de Augusto Corrêa-Urumajó.

Este território, que marca sua história de ocupação desde o século XVII, mostra-se como lugar de pertencimento advindo de um longo processo de emancipação, trazendo a marca de identidade de *Urumajó*, enquanto um processo de construção partidárias de acordo com as conveniências políticas, sociais e culturais de uma população que residiu nesse chão.

O processo de formação histórica de Urumajó, também foi protagonizada a partir das camadas com menos notoriedade política social. “Destacam-se indígenas, pescadores, negros, agricultores e imigrantes nordestinos”. (Oliveira, Marcus, 2012). O coletivo mostrou-se efetivo nos movimentos de resistência contra o poder político no processo de constituição política administrativa do território. E assim, *Urumajó*, resistiu ao tempo e a memória.

Sob esse viés, constituiu-se Aldeia. Tornou-se Povoado. Transformou-se em Vila. Constituiu-se distrito. Foi outorgado município de Urumajó, retrocedeu à Vila. Tornaram-no município de Augusto Corrêa (Conde, 2023). Esse movimento abriu lugar para insatisfação, contestação e resistência sociopolítica por parte de muitos urumajoenses.

Sendo assim, a origem do município, localizado na planície oceânica da Amazônia Atlântica do nordeste paraense está ligada à constituição do território brasileiro, pois compõe-se parte deste panorama desde o período colonial, momento em que a expansão marítima adentrou as terras do Norte chegando ao território dos Tupinambás, um dos povos que ocuparam a região.

De acordo Marcus Oliveira (2012, p. 18), a “ocupação indígena na porção do território amazônico em que se configurou o povoado de Urumajó”, demonstrou uma configuração sociocultural de grande relevância à comunidade urumajoense servindo de registro documental imaterial que foram herdados dos primeiros urumajoenses:

Bebidas, como a manicuera, o mingau de massa de mandioca, o vinho do açai e do buriti, comidas como o beiju; a farinha de mandioca e outras não traços de uma cultura indígena que

persistiram ao processo de ocupação e colonização europeia nessa região. A designação de localidades como “Imborai”, “Aturiaí”, “Emburuaca”, “Itapixuna”, “Araí”, e outros nos mostra claramente a forte influência indígena na região. [...]. Essa cultura indígena acabou se amalgamando a elementos europeus e africanos construindo ao longo do tempo uma cultura peculiar do povo das margens do rio Urumajó (OLIVEIRA, 2012, p. 16).

É sabido que o primeiro grupo tupinambá encontrado nesta região foram os Caetés e que os primeiros europeus a pisarem neste chão foram os franceses. Segundo o relato do capuchinho francês, haveria vinte aldeias tupinambás na região caeteuara.

Para Antônio Coutinho de Campos:

Foi o francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, o célebre fundador de São Luís do Maranhão quem, partindo desta colônia com uma expedição composta de 40 praças, 10 marinheiros e 20 tupinambás, a fim de explorar o território da então Capitania do Maranhão, penetrou o rio Caeté até a aldeia do mesmo nome, onde demorou-se de 20 de julho a 17 de agosto de 1613. Um grupo desses expedicionários, chefiado por um militar francês destacado para pesquisar os rios e localidades adjacentes, veio a ter ao lugar onde se encontra a atual sede deste município. (CAMPOS, 2002, p. 20).

Diante do cenário, a constituição de Urumajó segue-se da presença dos povos que adentraram a este território. A partir da menção do senhor Milton Lobão, ex-prefeito do município de Augusto Corrêa/PA, que a presença e a descendência portuguesa foram bastante evidentes no território urumajoense. (Conde, 2023). Destaca ainda, que os logradouros do município advém dessa presença, evidenciada no trecho:

Augusto Corrêa teve a sua colonização pelos europeus na sede do município. Dos sitiantes no caso do ‘Tijoca’ meus avós (portugueses), ‘Patal’ Belarmino Lelo, depois ‘Vila Nova’ – ‘Cacoal’ – que tem descendência dos Athayde e dos Cardoso que são descendência italiana, portuguesa e indígena. Tem outra predominância portuguesa na região do ‘Cafezinho’ que é os Pratas. No ‘Buçu’, que são também portugueses – os Monteiros de Seixas. No ‘Araí’ – também o Monteiro, que é uma predominância portuguesa. Augusto Corrêa, nessa região aqui do nordeste do Pará, é uma região que tem um ‘quilombola’ legítimo (Peroba), embora o povo de lá não goste de assim ser

chamado, de assim ser tratado. (Trecho da entrevista concedida ao documentário, O Identitário Urumajó, 14/03/22).

Percebe-se a influência desses sujeitos na organização sócio-política-geográfica do município, reforçando a presença portuguesa à frente desse processo de colonização e delimitação dos espaços. Para tanto, deve-se mencionar que inúmeros habitantes da antiga Vila de Urumajó estiveram à frente dos episódios à criação do novo município (Ribeiro, Alcides, 2012).

Nesse contexto, indivíduos que desejavam desmembrar-se de Bragança e os que não eram favoráveis ao desmembramento político-territorial. Destes, os cidadãos Orlandino Barreto, Joaquim e Olavo Seixas, Elpídio Barreto José Carlos, Antônio Coutinho de Campos, José Lauro da Costa, Damásio da Costa, Luiza Alves, Raul Lisboa, Mrtinho Brito e tantos outros que foram testemunhas desse episódio. (Ribeiro, Alcides, 2012). Todavia, suas vozes foram ignoradas, ofuscando a relevância dessas pessoas na construção da história de Urumajó.

Novas evidências, argumentos e personagens demonstraram que a criação do município de Urumajó não resumiu-se a ação de um único sujeito. Foram organizados movimentos por Casemiro Silva e Cândido Anésio da Costa nas décadas de 10 e 30 do século passado (Conde, 2023). Por fim, analisa-se as disputas e motivações das duas facções políticas locais – os Baratistas de Lobão da Silveira e os Coligados de Augusto Corrêa – pela criação ou não de uma nova unidade municipal.

Com a emancipação, o município passou por uma reorganização administrativa por meio do Decreto Estadual nº 3138, de 31 de outubro de 1938, onde distrito de Urumajó foi elevado à categoria de município e recebeu o nome de Augusto Corrêa, em homenagem ao político paraense antibaratista.

Com a sanção da Lei nº 2.460, publicada no Diário Oficial nº 19.759, que determinava a criação de em território paraense de 22 novas municipalidades está Augusto Corrêa, cuja sede seria Urumajó. Nesse período, estava José Lauro da Costa, cidadão que externava o sentimento de dever cumprido para com sua terra e o quanto tinha valido a pena ter lutado a favor da emancipação: “*Urumajó jamais teria se desenvolvido se não tivesse se desmembrado de Bragança*”. (Costa da, José, 2001).

Portanto, é notório a importância da participação dos cidadãos que outrora almejavam pela independência política-administrativa de Urumajó para que o município viesse a se desenvolver, e conseqüentemente ter autonomia para fortalecer sua economia, cultura e identidade.

### 3. Estruturam Semântica dos topônimos

Ao nos situarmos nas etimologias que foram herdadas e materializadas em topônimos, pois são eles o maior indício da passagem dos indígenas e europeus por aquele lugar, perceberemos que a constituição do próprio nome *Urumajó* corrobora a afirmação. De origem Tupinambá e Francesa, a etimologia do lugar se constitui como uma das principais evidências do período da colonização sendo formada por dois substantivos *URU* e *MAJÓ*, ou seja, deriva de *U'ru* de vertente *tupi*, que significa 1-pássaro galiforme da família dos fasianídeos; 2-*Cesto* indígena com alça feito de palha; e *Major*, que significa maior (Conde, 2023).

A etimologia do nome e a presença da língua tupi no topônimo em estudo é reafirmada em que *URU*. Substantivo irregular: barca, cesto, embarcação, gaiola, receptáculo, recipiente, vasilha, vaso. O prefixo de classe, conforme o caso, é superior e inferior: a) com relação a quem carrega: c-epuru; b) com relação ao que vai dentro: ç - uru; c) com relação a quem bebe (da vasilha) t t-e-mi-uru ou ç -e-mi-uru. *URU*. Ornitologia: ave da família dos fasianídeos, gênero *Odo~tophorus*. (Carvalho, 1987 p. 295).

Segundo Boudin (1978, p. 283), o termo Uru (~Iont. II p. 40G - v. /400 v. - urú; B.C. p. 558 - urúa nome de várias perdizes pequenas): corcovado, esp. de nambuziuho: uru-a'i lidem; urwa'i}a nambuzinho: -uru-kurê-a'i (cf. B.C. p. 559 - urucureás coruja em geral, *Strix*): caburé, esp. de coruja (guar.; uru-kurê' a); surucuá, esp. de passarinho: uru-wawas esp. de passarinho não identificado, (vuar.; uru).

Urú, s. nome commum ás gallinaceas no tupi; a ave conhecida (*Odonthophorus dentatus*. Tom.). Designa também um cesto tecido de palmas de carnauba. (SAMPAIO 1914, p. 280). O termo “majó” (ou “mbojó”) = pode vir de mboi (cobra, serpente) ou mboja (nó, entrelaçado, curva). (Ferreira Aurélio Buarque, 2010).

Isoladamente, o termo tem origem francesa - *sergent-major* - que corresponde ao oficial que ocupa o referido posto na cadeia de comando de um regimento militar significando grande, poderoso, maior.

A narrativa de Coutinho diz:

De bordo, saltou à terra um homem branco alourado, com roupagem escura de refêgos brancos e vermelhos, parecendo ser o comandante do grupo. Em seguida, desceu um caboclo logo reconhecido como elemento da aldeia do Caeté. Os outros

permaneceram erectos sobre o convés, obedecendo a um gesto do chefe. (CAMPOS, 2002, p. 13).

Para o autor a terminologia *Urumajó* surgiu de uma narrativa - um diálogo do comandante da expedição - o suposto “Major” com um “silvícola”, que não compreendeu uma pergunta, pois estava distraído com o canto de um pássaro – o pássaro *uru* - no momento de uma possível conversação: “o oficial, apontando para o lado das nascentes do rio, de onde se ouvia o canto impertinente daquele pássaro, perguntou e a intérprete traduziu: - como chamais este rio? O Tuxaua Aturá, distraído, julgando tratar-se do pássaro respondeu: Uru, Majó”. (CAMPOS, 2001, p. 14).

Segundo Barreto (2015), tanto o elemento específico quanto o sintagma toponímico passaram por mudanças. Os dados revelam que de início, os topônimos apresentavam características de uma gênese espontânea, distrito de Urumajó, passando por nomeações burocráticas administrativas, município de Augusto Corrêa. Nesse feito, as mudanças ocorridas ao longo do tempo transformaram o nome de origem ancestral, surgindo topônimos que homenageiam personalidades políticas.

Mesmo que o topônimo oficial esteja consolidado nos dias atuais, ele convive com o topônimo paralelo Urumajó perpetuando-se na memória e fala da população. Os topônimos paralelos são, em sua totalidade, de base portuguesa, enquanto toponímia oficial predominam topônimos de base portuguesa, é o caso de Augusto Corrêa, porém há as formas híbridas, com destaque para Urumajó, língua tupi + língua portuguesa.

Ao evidenciar a classificação taxionômica de (Dick, 1990, 1992) o topônimo *Augusto Corrêa* compreende a Taxionomia de Natureza Antropocultural, com a taxa toponímica Antropotopônimo, que revelam traços de homenagem por parte da administração. Todavia, a toponímia paralela é mais variada, em que o topônimo *Urumajó* compreende a Taxionomias de Natureza Física, com a taxa toponímica Fitotopônimos relacionados a vegetação e Zootopônimos, que compreende a animais.

Como afirma Dick (2010, p. 179), o lugar é capaz de significar e transmitir sua significação. Assim, cabe a toponímia investigar sua origem e sua motivação.

As memórias sobre a etimologia do lugar foram observadas a partir dos registros escritos sobre o *Locus* da pesquisa deixados por Antônio Coutinho de Campos, primeiro Prefeito de Urumajó, na significativa obra: *A Gleba Urumajoense*, cujas memórias nos falam e descrevem esta terra emblemática. Contudo cabe aos pesquisadores adentrar um pouco mais nesta etimologia. Logo, infere-se que, etimologicamente, *Urumajó* poderá significar *Grande Cesto de Palha Tupi, se considerarmos o valor semântico dos termos*

pode-se compreender que *Urumajó* tem procedência do nome do rio que banha e nomeia o território, pois a palavra evoca ao caudaloso Rio de águas salgadas, o Rio Urumajó.

#### **4. Os topônimos de origem Tupi sobreviventes no município de Augusto: o elo com a ancestralidade**

Durante as entrevistas foi inevitável o surgimento de conversas informais narrativas orais que se seguiram. Os colaboradores se sentiram instigados e motivados a compartilhar, espontaneamente, narrativas que estavam previstas, mas que trouxeram um adicional às reflexões sobre o tema de estudo.

Das conversas emergiram topônimos que denominam as comunidades pertencentes ao município de Augusto Corrêa. Embora não sejam objeto central deste trabalho os topônimos que denominam essas localidades de Augusto Corrêa corroboram a análise que fazemos sobre os topônimos Urumajó e Augusto Corrêa e da influência indígena na toponímia do município como, em: Emburuaca, Anoirá, Aturiaí, Ipixuna, Itapixuna, Araí, Perimirim, Jutaí, Emboraí, Paxiiba, Buragica, e tantas outras comunidades.

Conforme abordado, deparou-se com uma significativa ocorrência de nomes de acidentes humanos e físicos que advém do tupi. A abundância e manutenção desses nomes na toponímia brasileira e paraense são decorrentes de diversos fatores, mas precisamente socioambientais e políticos. A partir dessas evidências, torna-se clara a relação entre língua e cultura, uma vez que mudanças sociais impactam diretamente na forma de nomear os lugares e na significação que os sujeitos dão à identidade construída no município.

Em suma, ao rememorar os “anciãos de Urumajó revela-se a importância que tais sujeitos sociais possuem na reconstrução da história de sua terra (Ribeiro, Alcides, 2012). Suas identidades e memórias construídas se eternizam nas lembranças do que era Urumajó, uma vila simplista, porém constituída por sujeitos que pensavam no desenvolvimento do lugar, porém com a manutenção de suas origens, culturas e povos.

#### **5. Fundamentação Teórica**

A pesquisa se incorpora no ramo da Onomástica, disciplina teórica que se ocupa do estudo do nome próprio, é dividida, entre outras, pela Toponímia ou Toponomástica (estudo dos nomes de lugar) e Antroponímia ou Antroponomástica (estudo dos nomes de

peças), vinculada à Linguística, que possui relações estritas com a Lexicologia, a Lexicografia, a Morfologia, a Semântica, a Geografia, a História, a Antropologia, assumindo um caráter interdisciplinar.

Vasconcellos (1928, p. 177) emprega “Onomasiologia” para designar a ciência que estuda as várias espécies de nomes próprios. Dubois et al (2007, p. 441) registram apenas “onomástica”: ramos da lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios. Divide-se este estudo em antroponímia e toponímia. Segundo Fernandes (1941, p. 13) se vale de “Onomatologia” para se referir à disciplina que estuda os nomes em geral.

Em se tratando, especificamente, da toponímia (“topos” = lugar; “onímia” = nome) investiga os topônimos (nome próprios de lugar). De acordo com Dargel e Isquierdo (2014, p. 02), o estudo toponímico pode receber divisões. Primeiro, macrotoponímia (nomes de países, de estados, de municípios) e microtoponímia (nomes de rios, córregos, distritos, fazendas, ruas, etc.).

Isquierdo (2008, p. 36-37), “o topônimo pode ser estudado pelo viés linguístico”, quando são abordados os aspectos de classificação taxionômicas; da etimologia; da estrutura do sintagma toponímico; da língua de origem e pelo viés extralinguístico, quando considerados na análise fatores do ambiente sociocultural. Todavia, os topônimos conservam tradições e costumes de uma comunidade, pois revelam aspectos histórico-culturais de um lugar e de um povo.

Segundo Dick (1990. P. 22), “o nome de lugar exerce o papel de uma verdadeira crônica”, assentando no nome a história social e cultural para o conhecimento de futuras gerações. A toponímia investiga o nome do lugar investigando a ação nomeadora, valendo-se de aspectos históricos, geográficos e culturais, já a Onomástica se aproxima da etnolinguística, sobretudo quando voltada à história e cultura local, afinal, “o uso da língua ultrapassa a função nomenclatura; ela reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores.” (SEABRA, 2004, p. 39). Por isso, a Onomástica realiza simultaneamente uma lexicologia social, histórica e cultural.

Nesse sentido, o nome próprio, na função de topônimo, é um signo de língua que representam vestígios dos aspectos geográficos e da cultura material e imaterial do espaço nomeado agregado de elementos motivacionais que representam a história daquela comunidade. Segundo Dick (1990, p. 34), [...] o elemento linguístico comum, revestido, aqui, na função onomástica, integra um processo relacionado de motivação [...]. Assim, ao nomear um lugar, revela-se peculiaridades de construções do léxico dotados de significados que demonstram a intencionalidade do nomeador.

O sintagma toponímico, conforme Dick (1990, p. 10), “resulta da junção do elemento genérico (geográfico) que recebe a denominação e o elemento específico (topônimo) que particulariza e identifica o espaço”, como é possível observar em município de Augusto Corrêa, o primeiro, apresenta-se como elemento genérico e o segundo como elemento específico. Ao trazer a referência de Vila de Urumajó, o primeiro elemento caracteriza-se como genérico e o segundo elemento de cunho específico, pois traz características que especificam o lugar, carregado de identidades, memórias e de resquícios da língua do tronco Tupi, como expressão da presença dos povos originários na formação dos povoados nessa região.

Para a constatação da permanência e influência da língua ancestral, de origem Tupi, este estudo orienta-se a partir dos pressupostos metodológicos de Dick (1990, 1999), para descrever a origem e motivação do corpus toponímico na construção dos nomes próprios de lugares.

Nota-se que no município também houve um movimento de substituição do topônimo Urumajó para Augusto Corrêa. O interessante nesse caso específico é o duplo uso dos topônimos atualmente. Embora um dos topônimos tenha se tornado oficial, o outro não desapareceu, indicando uma atitude de resistir frente ao movimento de tentativas de apagamento dos povos originários: dizimaram os corpos, às línguas e também houve tentativa de apagamento dos topônimos.

A uma geografia humana existiu uma geografia física. Além desses elementos de natureza física, há, ainda, fatores de ordem sócio-cultural influenciando e/ou determinando a vida do homem inserido no meio. (Isquierdo, 1997, p. 29). Logo, para situar-se na superfície e interagir nesse ambiente, o homem necessita nomear o local para demarcar suas peculiaridades e identidade.

Outrossim, não há estranhamento que o homem tenha exercido o ato de nomear os lugares. “O mais antigo tesouro da linguística[...] encontram-se na toponímia. Os acidentes geográficos de todo o mundo provêm de épocas nas quais, o homem não conhecia a escritura[...]. Estes nomes chegaram a nós por tradição oral. (Vila, M-A, Salazar-Quijada, 1985, p. 09).

O processo de nomeação dos lugares é de suma importância no estudo de uma língua, tornando-se objeto de estudo de um dos ramos da *Onomástica*, disciplina que investiga a etimologia, as transformações e explica a existência dos nomes próprios de pessoas e lugares.

A Toponímia – estudo linguístico e histórico da origem aos nomes – como corpo disciplinar sistematizado surgiu na Europa (França) com os estudos pioneiros de Auguste Longnon, por volta de 1878. (Isquierdo, 1997, p.30). Faz-se necessário destacar o trabalho do linguista francês Albert Dauzat que além de apontar as dificuldades que o pesquisador enfrenta para elucidar a origem dos nomes de lugares, manifesta preocupação com a sua classificação, partindo da ordem histórica de suas formações.

Ao salientar a problemática em nomear uma localidade esse autor destaca que” a classificação das designações inatas dos nomes de lugares pode estabelecer-se a partir de duas perspectivas: formação externa ou sentidos intrínsecos”. (Isquierdo, 1997, p. 31). O primeiro compreende a nomeações espontâneas, coletividade) ou sistemáticas (refletidos de autoridades, do fundador de um lugar...), enquanto o segundo condensa designações de elementos oriundos ou da geografia ou da reverência a pessoas ilustres (fundadores, produtores, proprietários), ou de caracteres de ordem histórica. A proposta de classificação do autor harmoniza os dois pontos de vista (Dauzat, 1928).

É notório que o processo de nomeação de lugares é marcado por circunstâncias histórica, social, cultural, física... de culturas distintas que influenciam na denominação dos lugares. Assim,

"através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam a de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre “nome” dos acidentes p “ambiente” em que ele se acha inscrito” (Dick, 1992, p. 35).

O signo toponímico apresenta, por conseguinte, determinadas especificidades que precisam ser consideradas. Primeiramente, trata-se de nomes próprios cuja função específica é a de identificar e não de significar. Entretanto, na situação específica do topônimo, além de determinar e identidade de lugares, a análise de sua estrutura pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política e sociocultural de uma região.

Dessa forma, a investigação e descrição da parte do léxico que designa os acidentes geográficos, a toponímia, de uma determinada localidade pode refletir, portanto, diversos aspectos da história e cultura dos habitantes que ali residem ou residiram. É notório que os estudos linguísticos têm diversas ramificações, que tratam dos fenômenos relacionados ao léxico da língua.

Partindo do pressuposto, a pesquisa traz para análise os dois topônimos “Urumajó” e “Augusto Corrêa” para se entender a própria etimologia e os designativos geográficos em sua bipartimentação: física (rios, córregos, morros etc.) e humana,

antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades etc.). E a permanência dos topônimos de origem Tupi, reafirmando a influência da ancestralidade na nomeação de algumas comunidades deste município.

Assim, os topônimos, unidades mínimas de análise da Toponímia, resguardam e, ao mesmo tempo, revelam muitas peculiaridades físicas, socioculturais, histórias e linguísticas do local ao qual se vinculam e do povo dominador. Segundo Isquierdo (2016), a toponímia de uma dada região eterniza uma parte do léxico que representa o momento histórico no qual o acidente geográfico foi nomeado.

Evidencia-se que o signo toponímico, mesmo sendo uma estrutura da língua, possuidor de significante e significado, tem por principal particularidade ser motivado, pois, “quando o denominador “batiza” um lugar com um determinado nome, o que era arbitrário adquire uma motivação, então diz-se que o signo linguístico está em função toponímica”, e isso faz-se bem claro em dois momentos citados por Dick (1990, p. 39), que são: primeiro na intencionalidade que anima o denominador, acionando em seu agir por circunstâncias de ordem subjetiva, para determinar o nome para este ou aquele acidente geográfico; e, a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que pode envolver procedências das mais diversas. Portanto, os fatos sócio-históricos antecedentes aos designativos geográficos são considerados, também, para a descoberta desses elementos motivacionais que mantêm vivo a identidade que se constrói em torno dos lugares.

A demais, deparou-se com uma significativa ocorrência de acidentes humanos e físicos que advém do tupi. A abundância e manutenção desses nomes na toponímia brasileira e paraense são decorrentes de diversos fatores, mas precisamente socioambientais e políticos. A partir dessas evidências, torna-se clara a relação entre língua e cultura, uma vez que mudanças sociais impactam diretamente na forma de nomear os lugares e na significação que os sujeitos dão a identidade construída no município.

## **6. Metodologia**

Este estudo desenvolveu-se sob uma abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa realizou-se por meio de estudos bibliográficos, documentos escritos oriundos de instituições do próprio município, como a Câmara Municipal de Augusto Corrêa; da Biblioteca Pública Municipal “Antônio Coutinho de Campos”; do Site Oficial da

Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa-PA; site oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Censo 2022; Dicionários da Língua Tupi e da Língua Portuguesa, além da pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário qualitativo com perguntas abertas a munícipes de idade mais avançada e de sujeitos com menos idade para averiguar a permanência do uso dos dois designativos-topônimos em gerações distintas, bem sua motivação. Participaram da entrevista 30 (trinta) colaboradores. O escopo de participantes da pesquisa oral, estabeleceram-se os seguintes critérios: a) faixa etária (dois grupos etários); b) sexo; c) ser munícipe do local. Apresentado a seguinte organização: Grupo 01, por colaboradores na faixa etária a partir de 60 anos de idade - PG1M/PG1F (pessoas do grupo 1 masculino/pessoa do grupo 1 feminino); o Grupo 02, por colaboradores na faixa etária de 30 a 59 anos de idade - PG2M/PG2F (pessoas do grupo 2 masculino/pessoa do grupo 2 feminino) e o Grupo 03, por colaboradores na faixa etária de 14 a 29 anos de idade – PG3M/PG3F (pessoas do grupo 3 masculino/pessoas do grupo 3 feminino).

Aos participantes da pesquisa foram aplicados dois questionários para coleta de informações, contendo dois pontos referencias: o de identificação, para mapear o perfil dos colaboradores (as) e o da entrevista, contendo quatro questionamentos, a citar:

1º - Que termo você utiliza para nomear o município? Apresentando as duas opções de topônimos que costumam utilizar para designar o município: Augusto Corrêa e Urumajó.

2º - No seu ponto de vista, qual dos dois nomes representa melhor o município?

3º - Muitas pessoas que residem no município até os dias atuais utiliza Urumajó para nomear o município. Por que isso acontece?

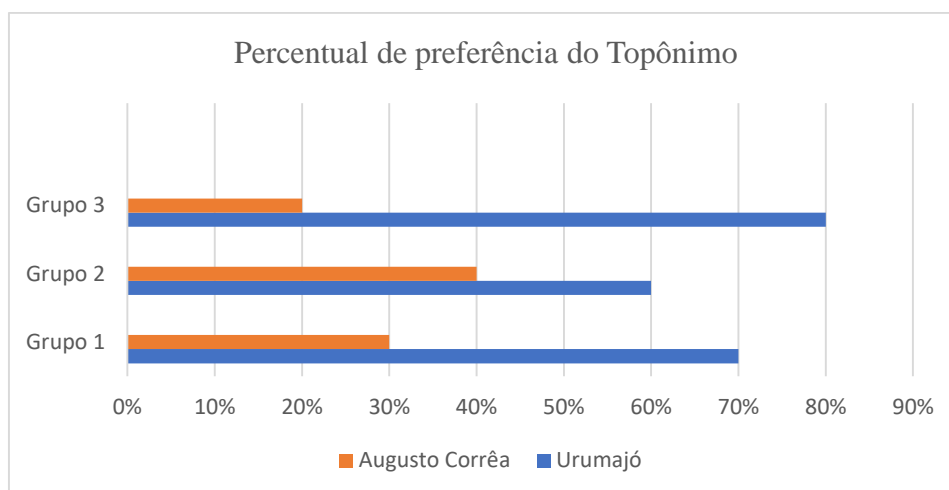
4º - Hoje, no município tem um grupo de pessoas realizando um movimento para retornar o nome de origem. Você concorda com essa mudança?

Para qualificar os dados, foram considerados os relatos mais significativos apresentados pelos (as) colaboradores (as) por percentuais e fragmentos dos relatos pelos (as) munícipes entrevistados.

### **1. Quanto ao topônimo utilizado para nomear o município.**

Ao analisar os extratos orais dos colaboradores, estes revelam a predileção quanto ao uso do topônimo para nomear o município. Observados no gráfico abaixo:

**Gráfico 01 – Resultado da entrevista do questionamento 01.**



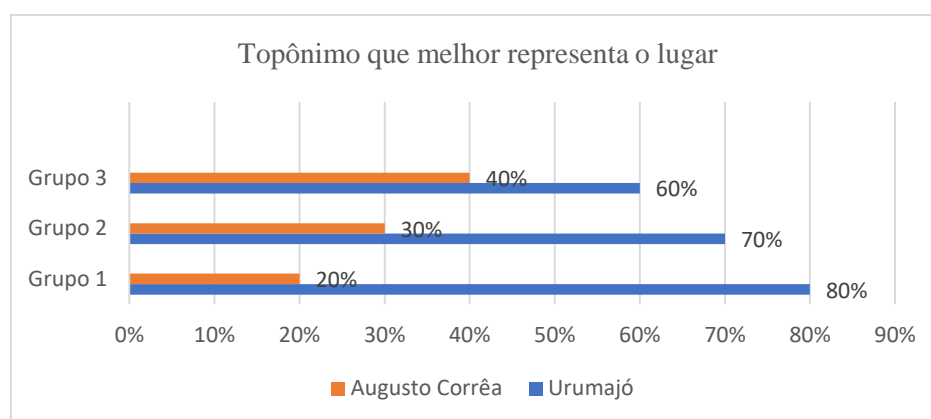
Fonte da autora

Diante dos resultados, observa-se a prevalência de 70% no uso do Topônimo Urumajó pelos munícipes, com resultados mais expressivos entre os grupos 01 e 02 e que 30% dos colaboradores, que por serem pessoas mais novas se referem ao município pelo topônimo oficial, pois é o nome que é utilizado nos dias atuais. Ao serem questionados o porquê de utilizarem essa denominação, Alguns colaboradores dos grupos 01 e 02 enfatizaram que as pessoas idosas de sua comunidade, Aturiaí, fazem uso do Topônimo Urumajó, a seguir os fragmentos de falas: *“eles falam que vão em Urumajó”, aí por escutarmos falarem assim, nos acostumamos com esse nome. Para nós, a sede do município é Urumajó.* Ao analisar a referência dos colaboradores dos grupos 01 e 02, principalmente os que residem em comunidades campesinas, compreendem que Urumajó se refere a sede do município e não o território como um todo. Daí, o motivo que utilizarem o topônimo Urumajó para nomear o município.

## **2. Quanto ao topônimo que melhor representa o município.**

Quando apresentado o questionamento que topônimo melhor representa o município os colaboradores responderam:

## Gráfico 02 – Resultado da entrevista do questionamento 2.



Fonte da autora

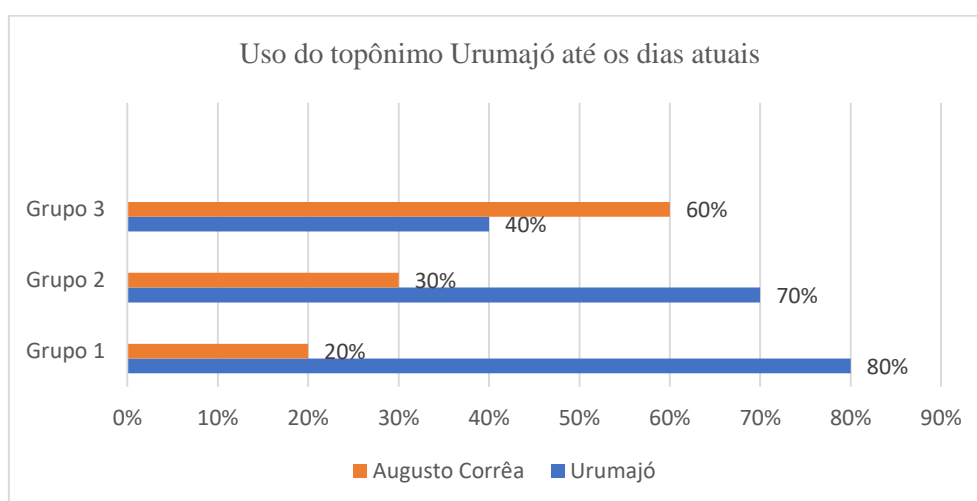
As análises acerca dos resultados refletem que 70% dos colaboradores citam que o topônimo que melhor representa o município é Urumajó. Porém, 30% sinalizam que o topônimo que melhor representa o município é Augusto Corrêa. Pode-se constatar essa preferência nos Excretos de falas de alguns(as) colaboradores (as): (PG1M1) *“Urumajó, porque foi o nome dado a vila e traz a história de origem”*. A colaboradora (PG1F1) respondeu - *“O nome Urumajó foi dado a vila e os mais idosos reconhecem esse nome, porque conta o que fomos, como esse lugar surgiu...fala da origem do nosso lugar. Minha mãe contava da humildade das pessoas que nasceram aqui...andávamos pelos caminhos que tinham em Urumajó, não tinha estradas...eram poucas pessoas...lugar tranquilo de se viver”*. O colaborador (PG2M1) respondeu: - *“Urumajó, porque é a nossa raiz, descoberta”*. Colaboradora (PG2F6) respondeu: - *“O melhor que representa é Urumajó, por ser o nome que traz a identidade das pessoas que ajudaram a construir o município”*.

Os(as) colaboradores(as) que acham que Augusto Corrêa melhor representa o município relatara: - A colaboradora (PG3F1) respondeu: - *“É o nome que os governantes escolheram para o município. Homenagem a um político de Bragança. Também é o nome oficial dado ao município, esse que tem que ser usado.”* O colaborador (PG3M3) respondeu: - *“Porque é o nome oficial, e é esse que tem que ser usado...os órgãos do município trazem esse nome e assim a população deve se acostumar com o nome atual”*.

### 3. Quanto às razões da escolha pelo topônimo Urumajó.

Ao serem questionados sobre as razões de os moradores utilizarem até os dias atuais os dois topônimos responderam:

### Gráfico 03 – Resultado da entrevista do questionamento 3.



Fonte da autora

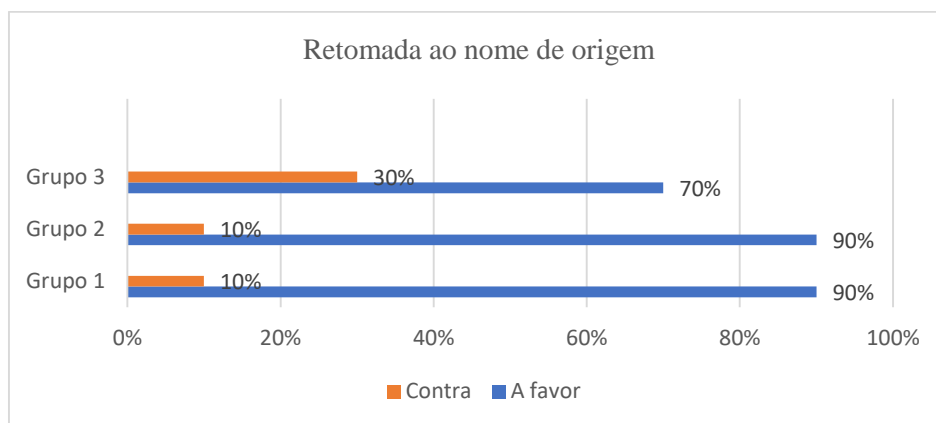
Os dados mostram que os 63,3% dos colaboradores entrevistados utilizam até os dias atuais o topônimo Urumajó, por acreditarem que é o nome traz a representatividade e identidade do lugar e 36,3% utilizam o topônimo Augusto Corrêa. Ao serem questionados o porquê que as pessoas ainda utilizam o topônimo Urumajó, responderam: (PG1M5) - *“As pessoas vão usar o nome que traz mais a representatividade do município. Os que conhecem a história de origem usam Urumajó e os mais novos que não conhecem a história usam Augusto Corrêa”*. A colaboradora (PG1F4) respondeu: - *“Augusto Corrêa é a nova geração que usa e Urumajó os que conhecem a história da pequena comunidade”*. Colaboradora (PG2F1), respondeu: - *“Devido Urumajó ter sido o primeiro nome, as pessoas mais antigas usam esse termo e os mais novos usam Augusto Corrêa”*. Colaborador (PG2M1), - *“As pessoas usam o nome que mais identifica a sua comunidade e do conhecimento que tem sobre a história do município. Geralmente, os mais idosos que usam o nome Urumajó”*. Colaborador (PG3M2) *“porque ainda não entenderam que há um nome oficial instalado no município, e é este que deve ser usado para identificar o município. O nome não é mais Urumajó e sim Augusto Corrêa.”*

Diante dos excretos orais percebe-se que os munícipes que reconhecem o município enquanto Urumajó, são as pessoas de mais idade, e que tem sendo de pertencimento por esse topônimo. É uma forma de manter vívida as histórias construídas e ouvidas pelos avós e pais sobre a origem do município. E por terem participado desse processo que remete a originalidade das características da identidade de uma comunidade.

#### 4. Quanto ao movimento de retorno do topônimo Urumajó.

Quando questionados acerca do que pensam sobre a retomada do topônimo de origem para nomear o município, a entrevista apresentou os seguintes resultados:

##### Gráfico 04 – Resultado da entrevista do questionamento 4



Fonte da autora

Diante das manifestações, observa-se que 83,3% dos munícipes anseiam pela retomada do topônimo de origem, uma vez que este identifica a etimologia do lugar, retratando a história que foi construída pelos moradores que colaboraram no povoaram deste lugar. Urumajó, remete memórias, identidades e originalidade e 16,7% não são a favor da retomada do topônimo, devido ter um nome que foi oficializado. Nos excertos das falas dos colaboradores observa-se as arguições dos moradores. Colaborador (PG1M2) “*sofremos um golpe de identidade, não nos perguntaram se queríamos trocar o nome do nosso lugar*”. Colaboradora (PG2F1), “o nome de origem deve voltar, pois traz a nossa memória de Urumajó que tínhamos antes, com pessoas que viviam em comunhão”. Colaborador (PG3M3), “Deve permanecer o nome oficial do município, pois é esse nome que foi instalado no município”.

Os resultados demonstram que os munícipes de mais idade, de ambos os sexos, designam o município pelo topônimo Urumajó. Como têm em suas memórias relatos dos avós, tios, vizinhos e por alguns terem participado do momento de construção desse município, agregam valor sentimental e identitário a esse nome. Já os mais novos convivem com o topônimo que foi instalado oficialmente e que preferem utilizar esse nome para designar o município.

## 7. Discussão e análises

A pesquisa objetiva investigar como a população do município de Augusto Corrêa, no estado do Pará, vem utilizando os topônimos “Urumajó” e “Augusto Corrêa” para nomear o município e da evidência e permanência do nome ancestral, de origem Tupi, para nomear algumas comunidades. Nesse sentido, constata a permanência de uso dos dois topônimos, “Urumajó” e “Augusto Corrêa”, por gerações distintas e as razões da manutenção desse uso, reafirmando a influência colonizadora na tentativa de apagamento da representatividade do nome ancestral.

Diante das reflexões e análises verifica-se que a população do município de Augusto Corrêa, vem utilizando paralelamente, os dois topônimos para nomear om município. Ora por acreditarem que o nome de origem representa melhor o município, pois agrega valor de pertencimento, de identidade dos moradores que participaram do processo de constituição, além de expressar as memórias dos avós, das práticas simplistas do modo de vida dos moradores do lugar. Além da manutenção da língua, como forma de resistência ao apagamento dos povos originários que por aqui viveram e ajudaram na povoação.

O quiçá único milagre de nossa história é que temos uma língua comum a mais de cem milhões de usuários num território de mais de oito e meio milhões de quilômetros quadrados - ecúmeno que potencializa mais de um milhar de milhões de seres humanos, acaso linguisticamente indianizados, mas no outro sentido de índio, o primeiro. Importa-nos compenetrarmo-nos de que o que vai de estruturalmente comum na nossa língua não é o mesmo nem deve ser confundido com o que vai de culturalmente diferenciado horizontal e verticalmente.

Parece quase um truísmo dizer que a melhor forma de mantermos a unidade na diversidade (pois que é impossível a ausência de diversidade) é e será através do estudo de nossas realidades linguísticas diacrônicas e sincrônicas, horizontais e verticais, dialectais e - permitas-me - idiolectais (caso este em que a análise e a crítica linguístico-literárias têm sua plena razão de ser).

Portanto, compreender esse grande universo que penetra o ato de nomear o lugar considerando os aspectos geográficos, sociais e culturais é salutar para manter a originalidade da língua, bem como o léxico construído que perpassa as diversas gerações, agregando valor de significados e significantes para refletir os atos e motivação do nomeador.

## **8. Considerações Finais**

A pesquisa onomástica não é uma mera classificação de nomes. No caso específico dos topônimos, não se trata de inserir nomes em categorias preestabelecidas, num exercício automático, relacionando denominação e taxionomia. Dick (2006, p. 106 8) observa que definir a causa motivadora de um nome é difícil em muitos casos por conta dos distanciamentos temporal e espacial entre o pesquisador e a ocorrência.

Diante do exposto, o resgate da toponímia paralela depende da revisitação as memórias coletivas construídas pelos sujeitos da localidade, também com a possibilidade do desaparecimento do léxico originário dos lugares em seu processo de fundação. Os relatos que emergiram da memória das pessoas de mais idades e os documentos oficiais que comprovam a história desse lugar, são de grande relevância para se reconstruir o passado na perspectiva de compreender o presente.

Nesse sentido, ao revisitar a historicidade do processo de emancipação do município de Augusto Corrêa, tenta-se compreender sua origem e os processos de emancipação. A trajetória social e política marcou a história, a cultura e o modo de vida dos sujeitos urumajoenses. As relações apontariam para o desenvolvimento desse lugar tranquilo, de gente humilde, porém com grande senso de pertencimento e identidade cultural.

Muito embora Urumajó tenha vivido todas as fases sucessivas – localidade, povoado e vila – percebe-se que não houve uma participação efetiva da população nos processos que resultaram na transição. As decisões dos rumos das terras urumajoenses foram determinadas de cima para baixo (Ribeiro, Alcides, 2012). Com o declínio da borracha amazônica e as disputas políticas entre baratistas e anti-baratistas na primeira metade do século XX, a população de Urumajó deixará de ser uma mera expectadora para ocupar seu lugar de personagem central que resultará na criação do município de Augusto Corrêa.

Todavia, os interesses se estabelecem e por vontade de um grupo popular e de lideranças políticas cria-se um movimento para a substituição do topônimo ancestral-Urumajó pelo topônimo Augusto Corrêa, na tentativa de afirmar a identidade local e homenagear o deputado Augusto Corrêa, pelo Decreto-Lei nº 164, de 23 de janeiro de 1970, que oficializou a alteração.

No entanto, o processo de substituição do topônimo de origem causou descontentamento a uma parcela da população que não foi consultada sobre a troca do nome do lugar. A estes, o movimento caracterizou um golpe político e social por não

considerar as vozes dos sujeitos. O topônimo Urumajó aparece como marca de identidade dos cidadãos que se instalaram e do senso de pertencimento que tem pela história e constituição do lugar.

O topônimo Augusto Corrêa apresenta-se enquanto forma de personalismo político, construído para eternizar a figura de um vulto político de Bragança imposto para atrair o reconhecimento dos moradores deste lugar. Que durante a vigência de Marquês de Pombal, no Brasil, ele tanto proibiu o uso da Língua Geral Amazônica quanto decretou a substituição de nomes de origem indígena (ancestralidade) para nomes de cidades portuguesas (colonialidade). Esse mesmo movimento continuou, tanto que o topônimo Bragança é de origem portuguesa.

Em suma, evidencia-se que os resultados apontados pelos relatos dos munícipes reafirmam a insatisfação, principalmente, das pessoas com mais idade, sobre a substituição do topônimo Urumajó por Augusto Corrêa, refletindo a soberania de grupos políticos na tentativa de apagamento das identidades ancestrais, porém esse processo não foi consolidado na totalidade, uma vez que ainda há vestígios dos povos indígenas na manutenção nos costumes caboclos e da influência da língua do tronco Tupi como sinal de resistência. A exemplo os topônimos de várias comunidades que sofreram influência indígena em sua constituição.

Portanto, percebe-se a relevância da manutenção dos topônimos de origem indígena para se manter viva as identidades construídas a partir da organização dos sujeitos que pensam, sentem e vivem o lugar. O ato de nomear é simbólico, é revelador, pois o nome constitui um signo, um texto, uma impressão de fatores linguísticos e transcendentais, uma síntese de múltiplas determinações.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. Projeto ATITO. In: ISQUERDO, A. N; FINATTO, M. J. B. (orgs.). As ciências do léxico. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. p. 133-143.

BATISTA, Iane Maria da Silva. Histórias e memórias Urumajoenses: novas perspectivas. Ed. Acai, Belém, 2012.

CAMPOS, Antônio Coutinho de. *A gleba Urumajoense: contos à margem da história*. Belém: LC Indústria. Gráfica, 2002

Cardoso, A. S. (2018). Decolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará. Século XVIII. Tese

dedoutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11145>.

CONDE, Lisboa João. Pasquim de Urumajó: Contestação e Resistência na Amazônia Atlântica do Nordeste Paraense – Sec. XXI. TCC. Bragança, 2023.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi. São Paulo: ed. UND, 1999.

DARGEL, Ana Paula T. Patrício; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apontamentos sobre os designativos de acidentes humanos rurais no estado de Mato Grosso do Sul. In: ISQUERDO, A. N; DAL CORNO, G. O. M. (orgs.). As ciências do léxico. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. p. 91-110.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990a.

\_\_\_\_\_. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas; FFLCH/USP, 1992.

Faggion, Carmen Maria; Misturini, Bruno. Toponímia e Memória: nomes e lembranças na cidade. Linha D' Água (Online), São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, dez. 2014.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula T. Patrício. Hidronímia e toponímia. In: ISQUERDO, A N; DAL CORNO, G O M (orgs.). As ciências do léxico. Vol. 7. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. p. 63-80.

SAMPAIO, T. O tupi na geografia nacional. 5 d. Corrigida e aumentada. São Paulo: ed. Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_. O Tupi na Geografia Nacional. 2ª ed. Typographica. São Paulo, 1914.

SEABRA, M C T C (org.) O léxico em estudo. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 119-135.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Contribuições de Michel Bréal para a pragmática e para a semântica lexical. Revista do GEL, v. 4, p. 55-81, 2007.

Severo, Cristiane Gorski. Das Línguas Indígenas: por um olhar decolonial em políticas linguísticas. Revista Digital de Políticas Linguísticas. Ano 11, vol. 11, novembro, 2019.

SILVA, Dione Wolner Lopes da. TCC. O recontar de uma história: novas perspectivas do processo emancipatório da Vila de urumajó – Pará, 1955-1962. UFPA – Campos de Bragança, 2020.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. Notas e Observações sobre um confronto linguístico Japonês – Ameríndio. Ed. Obelisco. São Paulo, 1970.

Biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 02/09/2025.

<https://augustocorrea.pa.gov.br/o-municipio/sobre-omunicipio>. Acesso em: 12/12/2024.

<https://www.ioepa.com.br/pages/2024/2024.01.11.DOE.pdf>. Acesso em: 25/08/2025.

<https://augustocorrea.pa.gov.br/>. Acesso em: 10/09/2025.

<https://camarasantamariadopara.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Lei-Estadual-2.460-Cria-o-Munic%C3%ADpio-de-Santa-Maria-do-Par%C3%A1.pdf>. Acesso: 02/09/2025.